

# A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS NA REFORMA AGRÁRIA: O CASO DE BALEIZÃO

*Margarida Fernandes*

Duas posições opostas apresentam os trabalhadores agrícolas alentejanos ou como incapazes de participar em associações formais ou como “revolucionários naturais”. Partindo do caso de Baleizão, com particular referência à Reforma Agrária da década de 1970, argumenta-se que ambas as perspectivas ignoram o pragmatismo associado a conjunturas específicas.

No posfácio de *Ricos e Pobres no Alentejo*, a edição portuguesa do clássico *A Portuguese Rural Society*,<sup>1</sup> José Cutileiro defende que “uma característica geral desta sociedade – e não apenas do grupo dos trabalhadores rurais – consiste na extrema dificuldade com que se desenvolvem as associações de qualquer espécie” (Cutileiro 1977 [1971]: 390/1).

Em contraponto a esta asserção de Cutileiro a designação “o Alentejo é vermelho” – adoptada, incondicionalmente, pelos vários sectores da esquerda portuguesa – sugere uma rebeldia “natural” dos trabalhadores agrícolas alentejanos e representaria a expressão de uma consciência clara da posição que ocupavam na sociedade, pressupondo uma capacidade organizativa considerável.

Se existe época em que a afirmação de Cutileiro suscita dúvidas, e não só relativamente ao Alentejo, é no período que decorre entre o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e o final do Verão Quente de 1975, marcado pelo contragolpe de 25 de Novembro de 1975. Em todo o país uma febre de mudança envolveu largos sectores da população que ambicionavam melhorar as condições de vida e de trabalho. Nesta conjuntura, destaca-se o investimento colectivo por parte dos trabalhadores agrícolas do sul de Portugal no processo de ocupação de terras e nas explorações colectivas. Uma acção colectiva de tal envergadura parece ser indicador suficiente do potencial dos trabalhadores agrícolas alentejanos para promover movimentos organizados em torno de objectivos bem definidos. O Alentejo cumpriria, assim, a sua vocação revolucionária.

Um estudo de caso em torno do processo de Reforma Agrária<sup>2</sup> na freguesia de Baleizão,<sup>3</sup> no Baixo Alentejo, levado a cabo no âmbito da minha

<sup>1</sup> Este estudo de Cutileiro sobre “Vila Velha” é considerado um clássico da antropologia portuguesa e europeia. Esta monografia, sobre uma freguesia do distrito de Évora, é um importante contributo para o estudo do Sul de Portugal. As investigações de McAdam Clark (1983) e de Ramos (1992) permitem uma análise de longa duração de alguns dos aspectos abordados por Cutileiro.

<sup>2</sup> A literatura sobre a Reforma Agrária portuguesa é vasta. Para uma breve apreciação, numa perspectiva antropológica, ver McAdam Clark e O'Neill (1980).

<sup>3</sup> Não se pretende apresentar aqui uma imagem generalizável ou exemplar do caso de Baleizão no processo de Reforma Agrária. No Alentejo, como em qualquer outro contexto, cada caso é um caso e as extrapolações são sempre desaconselháveis.

tese de doutoramento (Fernandes 1997a), poderá ilustrar em que medida os trabalhadores agrícolas são capazes de promover formas organizativas sofisticadas, tendo em conta as dinâmicas locais que reflectem as realidades e as expectativas relevantes para os indivíduos que nelas participam, mas podem, igualmente, reflectir dinâmicas mais vastas e estratégias mais elaboradas.

Baleizão insere-se na zona de latifúndio, com base na cerealicultura extensiva de sequeiro, com especial destaque para a produção de trigo. A persistência do latifúndio ao longo dos séculos foi possível graças ao suporte político que permitiu manter um sistema de exploração extensiva da terra, assente na produção trigueira e caracterizado pela baixa rendibilidade e escassez de investimentos. O desemprego sazonal era recorrente nos campos do Sul e, nos maus anos agrícolas, a crise agravava-se. A ausência de alternativas de emprego a nível local e, até aos anos 60, a dificuldade de encontrar alternativas fora da região permitia assegurar aos donos das terras a disponibilidade de uma reserva de mão-de-obra barata. A gritante desigualdade na distribuição da riqueza alimentava um conflito latente entre ricos e pobres.

A afirmação de Cutileiro remete-nos para a necessidade de tentar esclarecer em que medida a alegada resistência à organização, por parte dos portugueses em geral e dos alentejanos em particular, derivaria de uma qualquer característica cultural ou se, pelo contrário, reflecte uma visão pragmática perante a alienação dos seus direitos políticos e sindicais, bem assim como as limitações impostas ao exercício dos seus direitos de cidadania pelo aparelho repressivo e pelas estruturas políticas do país. Em última análise, “A rebellion cannot start from a situation of complete impotence; the powerless are easy victims” (Wolf 1969: 290), mas esta escassez de formas visíveis de associação e de manifestações extremas e inequívocas de rebelião não exclui outras estratégias de organização e de resistência.

Para Scott (1979, 1985, 1986, e 1990) os grandes movimentos de oposição à ordem estabelecida são raros e, na maior parte dos casos, a forma como se manifesta a discordância para com as estruturas do poder, aos mais variados níveis, tem lugar de forma mais subtil.<sup>4</sup> A história dos trabalhadores agrícolas alentejanos está repleta de longos períodos de “normalidade” pontuados por pouco duradouras mas vigorosas explosões de esperança.

the life of each group unfolds in alternating periods or phases of varying lengths: a full blown life thoroughly self aware and fulfilled, then a slowed up phase of dissection and indifference in the monotonous pursuit of daily tasks and thoughts. There are times of religious ceremonies, family reunion

<sup>4</sup> A que ele chama “hidden transcripts”, que consistem num aparente conformismo perante a ordem estabelecida e, ao mesmo tempo, a desafiam através de actos de sabotagem, pequenos furtos, manipulações da opinião pública e outros actos subversivos camuflados, que podem ser facilmente usados para além dos contextos camponeses, como Scott demonstra no seu livro posterior.

for a wedding, a birth or an anniversary, times of political strife; and afterwards, rest and relative forgetfulness of the emotions and activities undergone (Halbwachs 1958 [1955]: 18).

A organização política que sustentava o latifúndio poderia contribuir, em parte, para inviabilizar a associação formal dos trabalhadores mas as condições de vida e de trabalho nos campos do Sul proporcionavam as condições ideais para uma mobilização rápida e uma acção concertada em torno de objectivos relevantes, mesmo quando as ideias sobre o que deveria ser feito, e como – ou seja, as tácticas e as estratégias – bem assim como os objectivos gerais a atingir, eram exteriores ao grupo. Assim, a acção empreendida localmente, embora informada por padrões locais, poderia reflectir o âmbito mais geral do protesto. Como refere Collier, quando os trabalhadores agrícolas ou os “peasants make revolutions, they may be inspired from the outside and may use other’s rhetoric, but they act in terms that are most meaningful to their own experience” (Collier 1987: 16).

Se é legítimo argumentar que a organização formal e as grandes movimentações são relativamente raras, não são de ignorar as variadas situações em que os trabalhadores agrícolas demonstraram uma estonteante capacidade de organização de tal forma que parecem manifestações espontâneas.<sup>5</sup> Efectivamente, o proletariado agrícola do Alentejo e do Ribatejo

has a long tradition of struggle which goes back as early as the eighteenth century (references to movements which can only be described as strikes go back to 1784 and government intervention in wage settlements is mentioned already in 1756) (Villaverde Cabral 1978: 423).<sup>6</sup>

Os protestos de que temos notícia, por estarem documentados, devido ao tipo de alteração que provocaram, são muito provavelmente a ponta do icebergue e, pelas suas características, tudo indica que não serão casos isolados.

Ao longo dos séculos as autoridades dos vários regimes políticos reprimiram duramente qualquer manifestação de discórdia. A República, proclamada em 1910, prometia trazer mudanças radicais nas relações sociais nos campos. As greves de 1911 e 1912 foram duramente reprimidas e os trabalhadores, que tinham depositado as suas esperanças na mudança de regime, viram-se confrontados com os mesmos velhos métodos repressivos, desta feita aplicados pela recém-criada Guarda Nacional Republicana (GNR, cf. Pereira s/d).

Em Baleizão, em Junho de 1917, durante a *Revolução da Batata*, uma mulher, Palmira da Graça, foi morta durante um assalto aos silos próximos da estação dos caminhos-de-ferro (Garrido 1984: 13-15).

<sup>5</sup> Segundo Gramsci “True spontaneity does not exist in history” (Gramsci 1971: 196).

<sup>6</sup> Ver também Tengarrinha 1994, I: 83.

Em 19 do mesmo mês coube a vez aos trabalhadores de Baleizão. Tendo conhecimento de que uma porção de sacos de farinha se encontrava na estação de caminhos de ferro, com destino a Palmela, dirigiram-se à mesma e trouxeram 93 sacos. Quando voltaram, armados e em maior número, para transportar os restantes, foram recebidos a tiro por 15 soldados da guarda republicana, sendo morta a trabalhadora Palmira da Graça, de 35 anos, e feridos Gertrudes Balbina, de 20, Joaquim Charoco, de 38 e Maria da Graça, viúva. // Apesar do sangue vertido, os trabalhadores levaram 93 sacos de farinha para a Junta da Paróquia de Baleizão e exigiram que fosse vendida ao quilo ao preço de 12 centavos o quilo, que era o preço oficial (jornal *O Porvir* de 23/6/1917, citado por Rocha e Labaredas 1982: 52).

A participação dos trabalhadores agrícolas do Alentejo e do Ribatejo na greve geral convocada pela União Operária Nacional em 1918 ilustra de forma eloquente a sua capacidade organizativa e a adesão a objectivos mais amplos.<sup>7</sup>

O regime do Estado Novo instaurado em 1926 propagandeava a harmonia que tornaria complementares os interesses antagónicos de ricos e pobres. Pretendia escamotear a discórdia social recorrendo a estruturas corporativas que permitiriam conciliar o inconciliável. A incapacidade do regime para levar a cabo mudanças estruturais e o protecçãoismo que reservava às classes possidentes reflectiram-se num agudizar das desigualdades e num crescente descontentamento por parte dos trabalhadores.

Uma longa história de repressão e miséria serviu para agravar o sentimento de injustiça e fomentar o espírito de revolta. Uma aparente letargia reinava durante longos períodos mas o poder negocial dos trabalhadores agrícolas era gerido colectivamente e os poucos momentos propícios para reivindicar algum benefício não eram desperdiçados.

Por vezes os protestos eram camuflados, noutras alturas as reivindicações eram expressas abertamente. A caça colectiva às perdizes em 1955 continua viva na memória dos baleizoeiros. Afonso conta como tudo aconteceu:

Tínhamos ido pedir trabalho à Casa do Povo, depois fomos ao posto da GNR, que nessa altura era na Aldeia Velha. Ninguém nos dava uma solução. Nem se davam ao trabalho de nos ouvir. Alguém disse que, se não havia trabalho, íamos todos apanhar perdizes para comermos e para dar de comer às nossas famílias. Éramos para aí uns oitenta homens e fomos todos para o campo. Quando estávamos perto da Ribeira <sup>8</sup> a GNR apanhou-nos. O marido da Ana foi muito maltratado no posto da GNR. Nós ouvíamos ele a gritar. Nós só queríamos trabalho.

<sup>7</sup> Sobre a greve geral de 1918, ver, por exemplo, Pacheco Pereira 1976.

<sup>8</sup> Designação local para o Rio Guadiana.

Rogério acrescentou:

Alguns esconderam-se mas na GNR alguns deram os nomes dos outros e a guarda foi à procura deles. Eu consegui escapar. Escondi a perdiz na camisa e escondi-me. Os homens que eles apanharam foram espancados e os pássaros foram apreendidos. Devem ter tido um belo jantar naquele dia...

Segundo Bia, mulher de Rogério:

A GNR prendeu quase todos mas não havia celas suficientes em Beja para todos ao mesmo tempo e, por isso, tiveram 15 dias de prisão mas tiveram que ir só uns quantos de cada vez. Quando os primeiros saíram foram outros.

Os acontecimentos que, em 19 de Maio de 1954, levaram ao assassinato de Catarina Eufémia, no monte do Olival, foram determinantes para atribuir a Baleizão o estatuto de “Aldeia Vermelha do Alentejo”<sup>9</sup> (Garrido 1984: 11). Baleizão tinha conquistado a reputação de centro de oposição ao regime durante a ditadura. O renome da aldeia divulgou-se sobretudo após a queda do regime, mas enquanto anteriormente isso tinha sido um motivo de repressão, tornava-se agora um motivo de orgulho e de louvor.

Para os baleizoeiros, após o 25 de Abril, a sua fama de revolucionários era uma situação ambivalente: estavam na linha da frente mas não era fácil viver de acordo com tão elevadas expectativas. Esta era a terra onde Catarina Eufémia tinha sido assassinada e, a partir do 25 de Abril, ela tinha-se tornado uma figura de grande importância a nível nacional, trazendo inesperada atenção sobre a aldeia. Os baleizoeiros, literalmente de um dia para outro, eram vistos como revolucionários de longa data e profunda convicção.

Em Baleizão, nas situações de acção colectiva anteriores a 1974, o sistema latifundiário e o aparelho de Estado não foram questionados na sua essência. Para além disso mesmo quando as podemos enquadrar em contextos mais vastos de lutas generalizadas de trabalhadores agrícolas ou períodos de grandes movimentações a nível nacional, as questões locais prevalecem.

<sup>9</sup> Pacheco Pereira argumenta que a “formação de espaços de tradição revolucionária em zonas onde essa tradição é o principal instrumento de identidade local” (Pacheco Pereira 1993: 75, itálico no original) favorece uma cultura clandestina. Refere, como exemplos, Casas Viejas, em Espanha; as “little Moscows” inglesas; os “banlieu rouge” franceses. São “terras desprovidas de qualquer relevância histórica ou monumental, onde é a particularidade da sua história política que se torna o principal factor não só da fama da localidade, como também da forte identidade local dos seus habitantes” (Pacheco Pereira 1993: 75-6). Baleizão é um desses lugares: “todas estas localidades tiveram eventos na origem da sua fama revolucionária: greves rurais, comemorações do 1.º de Maio, elevadas percentagens de votos em Humberto Delgado, ou mártires (como Baleizão, ‘terra de Catarina’). Mas os eventos foram transformados em tradições, tendo nalguns casos a propaganda partidária ou do regime um papel considerável nesse processo” (Pacheco Pereira 1993: 76). Outras localidades portuguesas com um estatuto semelhante incluem: Pias, Vale de Vargo, Montemor-o-Novo, Couço, Barreiro e Marinha Grande. Na Marinha Grande, um centro da indústria vidreira e dos cristais, foi implantado um soviete, que durou algumas horas, em Janeiro de 1934.

A ideologia que a movia era baseada na experiência empírica e nas prioridades locais e não continha qualquer tentativa de provocar o desmantelamento do latifúndio e, muito menos, a queda da ditadura.

### **Uma Reforma Agrária popular?**

Uma vez deposto o regime do Estado Novo, a ocupação, em larga escala, de terras e dos meios de produção por parte dos trabalhadores e a gestão colectiva de milhares de hectares constituem um ponto de viragem e implicam um tipo de organização mais sofisticado de modo a dar resposta ao evoluir da situação, quer local quer nacional, acomodando a dinâmica do próprio processo institucional de Reforma Agrária.

Assim, Afonso de Barros *et al.* defendem que, a partir das ocupações de terras, as lutas dos trabalhadores agrícolas do Sul apresentam características claramente revolucionárias (cf. A. de Barros *et al.* 1981 [1979]: 46). O direito dos latifundiários à propriedade privada, que a legislação nunca questionara e que a Constituição viria a consagrar, foi abolido na prática e um modo de produção alternativo, baseado na colectivização da terra e dos meios e factores de produção, ambicionava abolir, e não corrigir, o sistema latifundiário.

Uma conjuntura particularmente favorável proporcionaria as condições para um avanço dos trabalhadores agrícolas. No entanto, Cutileiro defende que

Não se pode confundir um movimento de entusiasmo popular, fortemente apoiado pelo poder estabelecido, com um movimento revolucionário. Para ele ter existido teria sido necessário uma de duas coisas (ou a combinação de ambas): uma consciência revolucionária generalizada; uma vanguarda coesa organizada e firme. Nenhuma delas existia (Cutileiro 1977 [1971]: 476).

Os trabalhadores agrícolas do Sul de Portugal tinham como reivindicações antigas o aumento de salários, o emprego e a melhoria das condições de trabalho. É em torno destes objectivos que se organizam. Estas reivindicações constituíram as preocupações iniciais expressas pelos trabalhadores agrícolas imediatamente após o 25 de Abril e não foram verdadeiramente abandonadas ao longo de todo o processo a que se convencionou chamar “Reforma Agrária”. Se numa fase inicial a conquista da terra não parecia ocupar um lugar de destaque nas reivindicações dos trabalhadores agrícolas – que se limitavam a impor a distribuição de trabalhadores às herdades e a garantir o respeito pelos seus direitos laborais – cedo se tornou clara a inevitabilidade de exercer um maior controlo sobre o processo produtivo. A ocupação da terra pelos assalariados agrícolas tornara-se um imperativo com o intuito de garantir os salários e os postos de trabalho, a conquista da terra surge como



um meio para alcançar estas conquistas e não como um fim em si.

A intenção de levar a cabo a Reforma Agrária tinha sido expressa nos programas do MFA (Movimento das Forças Armadas) e dos partidos (Acrópole 1975) mas não havia um projecto concreto e o consenso parecia uma impossibilidade. Por parte do Estado era claro que alguma coisa devia ser feita mas o quê, como e quando ficou em aberto. Os trabalhadores agrícolas não podiam esperar e passaram à acção.

As primeiras ocupações encontravam justificação, implícita ou explícita, no articulado da legislação contra a sabotagem económica, estabelecida pelo Decreto-Lei 660/74, de 25 de Novembro, que advogava a intervenção estatal em empresas cujos proprietários manifestamente descurassem a gestão dos seus negócios e promovessem a descapitalização das empresas, sobretudo através do contrabando de bens para outros países.

Não é fácil situar com rigor o momento em que as ocupações tiveram início. Com efeito, as acções que a elas conduziram representaram, de começo, respostas *pontuais* de seareiros e de assalariados a situações de absoluta carência de terra ou de trabalho e incidiram sobre herdades em estado de abandono ou manifesto subaproveitamento (Barros *et al.* 1981 [1979]: 66-7, *italico* no original).

As ocupações foram conduzidas pelos trabalhadores de uma herdade, associados em Comissões de Trabalhadores. Estas comissões, inicialmente constituídas para garantir o cumprimento por parte dos agrários dos direitos laborais, passaram a gerir a herdade sendo criada uma unidade de produção que reunia todos os recursos disponíveis à data da ocupação, registados num inventário.

Muito embora não sejam os únicos factores a ter em conta, a remoção dos agentes repressivos e o apoio institucional, através de organismos do Ministério da Agricultura, favoreceram a tomada de posição. O recurso à memória colectiva enfatizaria as lutas anteriores e a atenção mediática criaria expectativas que os trabalhadores agrícolas aceitaram como inevitáveis. A Reforma Agrária estendeu-se a vastas áreas do Sul do país e a forma como as ocupações de terras ocorreram não variou significativamente, obedecendo a padrões mais ou menos definidos, mesmo que as especificidades locais não sejam irrelevantes.

É, precisamente, a nível local que podemos encontrar alguma autonomia, quanto aos calendários das acções e à selecção da terra a ocupar ou não (independentemente dos critérios legais). Também as estratégias de mobilização reflectem essa dimensão local.

A dinâmica local do processo transparece na forma como os trabalhadores das várias herdades de uma freguesia se associam através das UCP – Unidades Colectivas de Produção, também elas centradas nas freguesias. Esta

característica local pode contribuir para explicar a rapidez com que os trabalhadores agrícolas se organizaram. As redes informais – baseadas nas trocas de experiências relevantes entre pessoas envolvidas por laços pessoais de trabalho, parentesco e vizinhança – fornecia a estrutura para a organização local dos trabalhadores e permitia reforçar bases de apoio sólidas no seio da aldeia.

### **Terra de Catarina: uma experiência de gestão cooperativa**

Quando se verificaram as ocupações em Baleizão, durante o Verão e o Outono de 1975, ocupar terras não era uma novidade que fizesse apelo a grandes rasgos de imaginação. Os baleizoeiros estavam claramente “atrasados”, o que não coincidia com o renome da aldeia como bastião das lutas dos trabalhadores agrícolas do Sul durante o Estado Novo. Por essa altura os trabalhadores agrícolas de outras zonas tinham já ocupado milhares de hectares. Assim, iniciar as ocupações não deveria levantar grandes polémicas. É provável que as reuniões para decidir as ocupações tivessem sido bem planeadas com antecedência uma vez que podem ser associadas a desenvolvimentos no processo legislativo – nomeadamente com a publicação da “Lei Oliveira Baptista”<sup>10</sup> – e contaram com o apoio e a presença de tropas e elementos do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja.

A primeira herdade de Baleizão a ser ocupada, em Julho de 1975, foi a Quinta de S. Pedro. Em finais de 1975 os trabalhadores agrícolas de Baleizão tinham ocupado e controlavam praticamente toda a terra arável da freguesia, num total de 11.268,3223 ha, correspondendo a uma superfície agrícola útil (SAU) de 10.754 hectares. As grandes herdades estavam sob o controlo dos trabalhadores que as geriam através das suas Comissões de Herdade. A terra estava nas mãos de quem a trabalhava.

Em Baleizão, como por todo o Sul de Portugal, as NUP – Novas Unidades de Produção, incluindo as UCP – Unidades Colectivas de Produção e as cooperativas, detinham a terra em regime de “posse útil”, o que não implicava a transferência dos direitos de propriedade, ou seja, o colectivo tinha direitos de exploração mas não de propriedade. O regime de “posse útil” não constituía uma preocupação para os trabalhadores, mais empenhados no aumento da produção e na garantia dos postos de trabalho do que na posse da terra que não detinham *de jure* mas controlavam *de facto*. Aquilo que lhes interessava era muito mais linear: a terra era dos trabalhadores porque eram eles que a tinham ocupado, era uma conquista que decorria das

<sup>10</sup> Decreto-Lei n.º 406-A/75, de 29 de Julho, a primeira Lei de Bases da Reforma Agrária. Por essa altura tinham já sido ocupados mais de 152 mil hectares (cf. Bermeo 1986: 5).



mudanças que o 25 de Abril trouxera a Portugal. Trabalhavam a terra e decidiam o que devia produzir, quando e como e o resultado final era o fruto do seu trabalho. Pelo seu trabalho recebiam salários. A terra estava nas mãos do “povo” e não tinha qualquer importância que o “povo” não fosse uma entidade claramente definida. O Estado procederia, eventualmente, à expropriação das terras ocupadas pelos trabalhadores.

A ideia de *reparto*<sup>11</sup> não fora ventilada nem faria qualquer sentido porque os meios de produção não eram acessíveis para a maioria. A opção colectiva de gestão da terra parecia adequada.

As terras ocupadas em Baleizão foram reunidas na Unidade Colectiva de Produção Agro-pecuária Terra de Catarina, C.[ooperativa de] R.[esponsabilidade] L.[imitada],<sup>12</sup> criada numa assembleia dos trabalhadores da freguesia que decorreu na Casa do Povo de Baleizão em 1 de Novembro de 1975, com a presença de representantes da organização sindical dos trabalhadores agrícolas e que congregou a maior parte das herdades ocupadas na freguesia.<sup>13</sup> A UCP, de acordo com o texto da acta da Assembleia Geral que decidiu a sua criação,

é resultante da consciência de classe dos trabalhadores rurais alentejanos, da firmeza e correcção da sua luta. Terra de Catarina representa um passo decisivo para pôr fim à exploração capitalista, arrancar à miséria os trabalhadores rurais, pela liquidação dos monopólios, criar condições para transformar a atrasada agricultura portuguesa, numa agricultura progressiva, base indispensável para uma vida desafogada das amplas massas trabalhadoras, na defesa do processo revolucionário a caminho do socialismo (Acta da Assembleia de constituição da UCP Terra de Catarina realizada na Casa do Povo de Baleizão, em 1/11/1975).

A assembleia elegeu a primeira Comissão Directiva, constituída por 9 elementos.<sup>14</sup> A acta foi subscrita (com assinatura ou impressão digital) por 123 trabalhadores.<sup>15</sup>

Optou-se pela não distribuição de resultados; em vez disso cada um receberia um salário e os lucros seriam reinvestidos para benefício colectivo. Com as boas colheitas dos primeiros anos foi decidido investir em

<sup>11</sup> *Reparto* é a designação castelhana para a distribuição de parcelas de terra no âmbito da Reforma Agrária e corresponderia à alegada “fome da terra” por parte dos trabalhadores agrícolas (cf. Fernandes 1997b).

<sup>12</sup> Registada em 21 de Março de 1977, cf. Folhas 145 e seguintes, Livro A-41 do 2.º Cartório Notarial de Beja.

<sup>13</sup> A herdade de Fonte dos Frades, com um total de 639 hectares, foi ocupada mas, por decisão dos seus trabalhadores, só temporariamente esteve integrada na UCP Terra de Catarina. A maioria destes trabalhadores não eram baleizoeiros e mantinham escassos contactos com os restantes trabalhadores agrícolas da aldeia.

<sup>14</sup> Todos os membros eram homens. O mais jovem tinha 24 anos e o mais velho 48. A idade média dos membros da Comissão era de 33,3 anos.

<sup>15</sup> Destes, 44 eram mulheres e 79 eram homens, incluindo os membros da Comissão. A idade média das mulheres era 44,6 e a dos homens, 43,53 anos. O signatário mais velho tinha 79 anos e o mais jovem tinha 16 anos.

maquinaria para aumentar a produtividade da terra.

Segundo o Plano de Exploração Agrícola para o ano de 1975/76 da UCP Terra de Catarina a maior parte da terra seria dedicada à cultura do trigo. Para além dos cereais, a cooperativa produzia hortícolas, azeite e girassol e dedicava-se também à exploração de gado, incluindo gado bravo, mantendo-se as estratégias produtivas tradicionais na região.

As divisões sociais do trabalho continuavam em vigor e eram expressas através da diferenciação salarial, mantendo as categorias vigentes anteriormente, constantes nos contratos colectivos de trabalho. Os salários das mulheres eram inferiores aos dos homens; os jovens do sexo masculino com idade inferior a 16 anos eram remunerados pela tabela das mulheres, assim como os trabalhadores reformados; os tractoristas ganhavam mais do que os trabalhadores indiferenciados e foram mantidos os privilégios de grupos específicos de trabalhadores, nomeadamente os pastores.

Os trabalhadores envolvidos na UCP eram maioritariamente de Baleizão, 254 homens e 21 mulheres constituíam os trabalhadores efectivos. Quanto aos trabalhadores eventuais, 3 eram homens e 33 mulheres. A preocupação com a distribuição dos postos de trabalho de modo a garantir a subsistência dos agregados familiares reflecte uma lógica que privilegia as estratégias domésticas, dentro do horizonte restrito da aldeia, assegurando o emprego aos “chefes de família” e ultrapassando a mera lógica laboral e empresarial.

Para além do esforço produtivo, a UCP Terra de Catarina contemplava também a melhoria das condições de vida da população da aldeia. Os trabalhadores da UCP podiam beneficiar de uma cantina na qual vários produtos eram vendidos a preços inferiores aos do mercado. A venda de bens produzidos na UCP aos habitantes da aldeia permitia àqueles que não trabalhavam nas herdades da UCP beneficiar de produtos frescos a preços reduzidos.

As decisões eram tomadas em Assembleias Gerais e os corpos gerentes da UCP eram eleitos. Cada uma das herdades tinha a sua própria comissão de trabalhadores que destacava um elemento para a representar na direcção da UCP. Competia a este delegado manter a contabilidade em dia e ocupar-se, de um modo geral, das questões de produção e das relações laborais na herdade.

É a nível dos elementos que desempenhavam funções de gestão que surgem as maiores dificuldades da UCP Terra de Catarina. De um total de 275 trabalhadores da UCP Terra de Catarina em Março de 1976 só 34 tinham completado a instrução primária (4.<sup>a</sup> classe) e nenhum tinha ultrapassado esse grau académico. A rotatividade nos cargos de gestão era limitada devido aos baixos níveis de escolaridade, o que deu origem à formação de uma elite que, aos olhos de muitos trabalhadores, substituía a entidade patronal.

A gestão do colectivo era uma tarefa árdua. A indisciplina tomava proporções por vezes angustiantes. Nas actas das assembleias gerais e das

reuniões da Direcção da UCP são várias as referências a incidentes que opõem os trabalhadores: “Disse o camarada responsável pelo Paço do Conde que fazendo um reparo a um outro camarada ouviu a seguinte resposta: eu faço o que entender e venho às horas que entender (Acta 48, 3/11/1978).

As relações entre os trabalhadores e os directores da UCP Terra de Catarina assemelhavam-se às relações entre patrão e empregado. As reclamações apresentadas ao sindicato por trabalhadores da exploração colectiva são ilustrativas desta posição. A situação não era fácil de gerir: por um lado, enquanto trabalhadores, tinham direito aos benefícios e condições que se aplicavam a essa posição, o que lhes garantia o direito à greve e a reivindicar os seus direitos através do sindicato e dos tribunais; por outro, enquanto membros da cooperativa, eles eram também, pelo menos em princípio, parte da gestão. Esta posição equívoca levou a algumas situações desconfortáveis.

A percepção de que a Direcção da UCP se equiparava à entidade patronal é patente na forma como as reivindicações são apresentadas ao sindicato, ultrapassando os órgãos do colectivo. Um trabalhador reclamou junto do sindicato por não lhe ter sido pago o 13.º mês. Ele argumentava que, como tinha trabalhado para a UCP durante dez meses e meio, tinha legalmente direito a receber a parte do subsídio de Natal correspondente a esse período quando deixou a UCP. Fez notar que não queria levar o caso a tribunal “porque são trabalhadores contra trabalhadores e isto só dá glória aos nossos inimigos” (cf. memorando do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, de 28/2/77). A mera menção dos tribunais constitui uma ameaça do que poderia acontecer se o caso não fosse resolvido a seu contento. Nem todos tinham estes escrúpulos e um trabalhador que foi despedido por não cumprir o *Regulamento Interno* levou o caso para tribunal alegando despedimento sem justa causa e solicitando que lhe fosse atribuída a compensação de 7.380 escudos.

Baleizão, como muitas outras aldeias do Alentejo e da ZIRA (Zona de Intervenção da Reforma Agrária),<sup>16</sup> vira cumprir-se um sonho. Porém, não demoraria muito para surgirem as contradições no seio da UCP. Estas dificuldades não tinham uma origem exclusivamente local mas seria no seio da freguesia que se instalaria o mal-estar. Para além dos conflitos inerentes à vida em grupo, um conjunto de factores, associados à evolução política da III República Portuguesa, viriam a contribuir para a erosão rápida da experiência de gestão colectiva.

### A “Contra-Reforma Agrária”

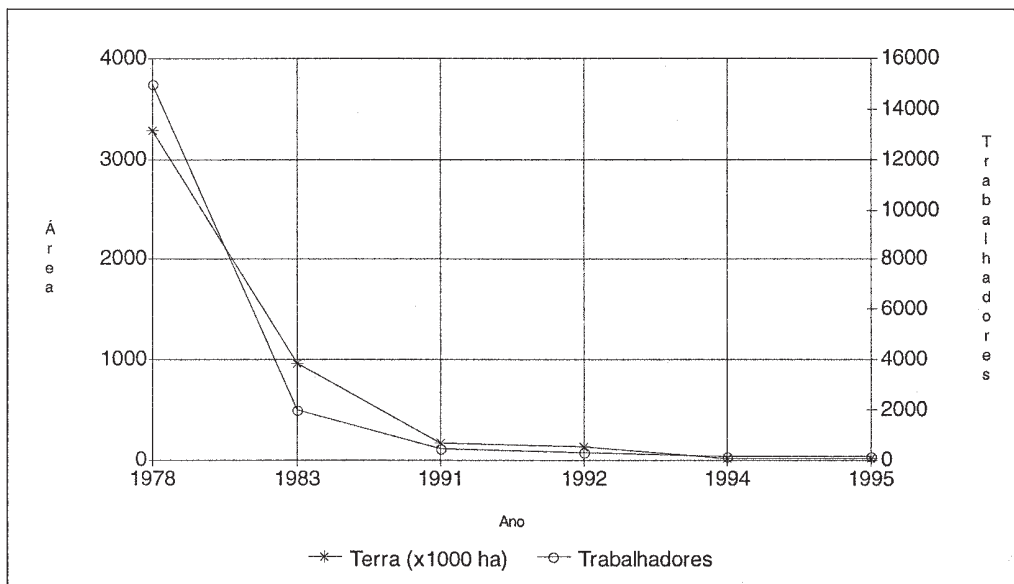
A derrota da Reforma Agrária portuguesa pode ser explicada pela dinâmica das estruturas do poder no seio dos governos de coligações mais ou menos heterogéneas e com uma política que era pouco ou mesmo nada consistente

com os interesses dos trabalhadores.

O potencial económico das NUP – Novas Unidades de Produção – da ZIRA representava uma parte significativa da economia portuguesa. A cortiça, por exemplo, era suficientemente importante para suscitar a preocupação do Estado. Portugal produzia mais de metade da cortiça a nível mundial (cf. Chilcote 1993: 140, f.n.21). A importância económica do Sul e dos recursos detidos pelas NUP tornou-se evidente.

As alterações políticas que se desenham a partir do Verão de 1975, para contornar a tendência de alguns sectores institucionais, incluindo na área militar, originaram pressões internas e externas, que conduziram ao golpe de Estado de 25 de Novembro de 1975. No delinear do equilíbrio de forças ao nível do poder de Estado jogava-se o destino do país. Sacrificar a Reforma Agrária e eliminar as explorações colectivas da terra do Sul de Portugal parecia um pequeno preço a pagar. Este processo viria a amadurecer e, no seguimento da publicação da Lei Barreto (Lei 77/77 de 29 de Setembro), consolidou-se um processo de reversão que ficaria conhecido como a “Contra Reforma Agrária”.

A terra ocupada pela Novas Unidades de Produção começou a ser desocupada em 1976, mas seria a partir de 1980 que as desocupações em larga escala teriam lugar em Baleizão, como no restante da ZIRA. À medida que a área das explorações colectivas diminuía, a capacidade de manter tantos trabalha-



Fonte: Secretariado das UCP e Cooperativas Agrícolas do Distrito de Beja.

FIGURA 1 – Área de terra e número de trabalhadores das explorações colectivas do distrito de Beja (1978-1995)

dores em pleno emprego decrescia também, agravando as tensões já existentes.

As desocupações em Baleizão, como em muitos outros pontos do Alentejo, geraram confrontos violentos entre a trabalhadores e a GNR.<sup>17</sup> Antes do 25 de Abril esta era uma realidade bem conhecida e depois da Revolução dos Cravos o povo rapidamente constatou que “O poder estava, como estivera antes, ‘no governo’. E o governo que outrora se aliava com os latifundiários e agora se alia com outros intermediários de favores tira o seu poder da força militar” (Cutileiro 1977 [1971]: 411). Os trabalhadores agrícolas do Sul perceberam rapidamente que a repressão não estava extinta e que os métodos não variavam muito.

Apesar das divergências patentes no seio da UCP, os trabalhadores agrícolas mobilizaram-se para manter as conquistas alcançadas. Ver as terras devolvidas aos latifundiários constituía uma humilhação.

A alteração dos juros do Crédito Agrícola de Emergência (CAE),<sup>18</sup> que chegara a contemplar empréstimos para pagamento de salários nas UCP, acabaria por as inviabilizar, empurrando-as para a ruína.

Apesar das grandes dificuldades, sobretudo financeiras, a UCP Terra de Catarina continuou activa até 1989.<sup>19</sup> Quando cessou as actividades tinha 71 membros, 62 dos quais estavam a receber subsídio de desemprego.

A UCP Terra de Catarina tem uma existência legal residual mas não explora a terra. Como a terra não era propriedade da UCP e continuava em “posse útil” foi transferida para uma nova entidade, a Cooperativa Bandeira de Esperança transferindo o activo mas não o passivo da UCP original.

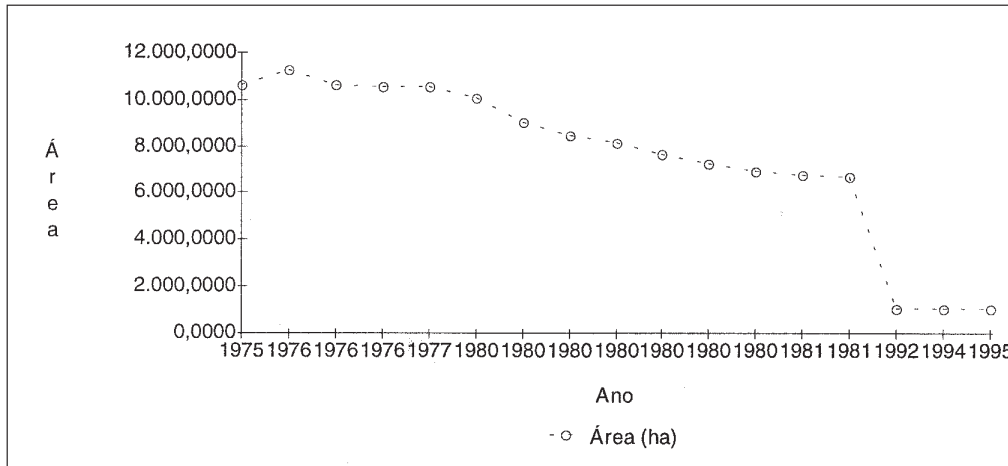
A Cooperativa Bandeira de Esperança, de Baleizão, foi criada pelo Secretariado das UCP e Cooperativas Agrícolas do Distrito de Beja que actualmente se ocupa de toda a terra em regime de “posse útil” do distrito. Em 1992 a cooperativa detinha um total de 1044 hectares, menos de um décimo da área original da UCP Terra de Catarina. Em 1994 mais uma reserva foi entregue. A área total de terra disponível para exploração pela cooperativa em Janeiro de 1995 era de 314 hectares e só 9 homens continuavam a

<sup>16</sup> A ZIRA foi criada pelo Decreto-Lei 236-B/76, de 5 de Abril. A área total da ZIRA (3.783.486 ha) incluía todo o Alentejo, com os Distritos de Beja, Évora, Portalegre, e Setúbal, e também parte dos Distritos de Faro, Lisboa, Castelo Branco e Santarém.

<sup>17</sup> Em Setembro de 1979, dois trabalhadores agrícolas – António Casquinha e João Caravela – foram assassinados pela GNR durante incidentes na UCP Bento Gonçalves, perto de Montemor-o-Novo (cf. Bermeo 1986: xiii).

<sup>18</sup> O Crédito Agrícola de Emergência foi criado em Maio de 1975 (Decreto-lei 251/75 de 23 de Maio, diploma de base do Crédito Agrícola de Emergência). Inicialmente destinado a facultar apoio económico aos pequenos e médios agricultores foi mais tarde alargado para incluir as explorações colectivas (em Julho do mesmo ano pelo Decreto-Lei 406-b/75, de 29 de Julho). O Despacho 541-B/75 de 2 de Setembro possibilitaria o recurso ao crédito, por parte das UCP, para pagamento de salários. Os juros do Crédito Agrícola de Emergência que inicialmente eram baixos foram aumentando para valores incomportáveis. Por exemplo, em 28/2/77, os juros aumentaram de 6,5% para 8,75% (Decreto-Lei 56/77) e em 13/5/78 subiram para 13,5% (cf. Drain 1982: 78).

<sup>19</sup> Balabanian e Bouet (1987: 117) consideravam que de cerca de 30 explorações colectivas do distrito de Beja, três seriam viáveis e que a UCP Terra de Catarina poderia ser acrescentada a essa lista.



Fonte: UCP Terra de Catarina, Cooperativa Bandeira de Esperança e Secretariado das UCP e Cooperativas Agrícolas do Distrito de Beja

FIGURA 2 – Área sob exploração colectiva em Baleizão (1975-1995)

trabalhar.

Actualmente, as herdades já não constituem fonte de emprego. Na terra em regime de “posse útil” trabalham poucos homens que são vistos pelos outros como usurpadores e “os agrários estão-se a vingar de nós e vão buscar os trabalhadores a outro lado”, afirmava peremptoriamente um homem dos seus 60 anos. Os mais velhos dificilmente se conformam. Para os mais novos ficar na aldeia é uma opção difícil e o trabalho agrícola não faz parte das suas expectativas.

### Uma experiência marcante

Em Baleizão a participação na gestão colectiva da terra constituiu uma experiência marcante com implicações múltiplas. Uma espécie de esquecimento colectivo paira sobre a Reforma Agrária mas essa atitude de alheamento não impede que os conflitos surgidos perdurem. Uma cautelosa gestão, também ela colectivamente assumida, permite manter relativamente harmoniosas as relações sociais dentro da aldeia.

Sempre que se falava na UCP, as respostas referiam-se a “eles”, “algumas pessoas”, muito raramente se ouvia um “eu” ou “nós”, como se houvesse um alheamento do processo, o que parece reflectir a forma como se desenrolou e, sobretudo, o seu colapso.

Casos de roubo, preguiça e abuso são frequentemente mencionados.



Embora não possam ser entendidos como uma atitude generalizada e não possam ser considerados desastrosos em termos de consequências financeiras para o colectivo, foram, no entanto, suficientemente graves para erodir o espírito do empreendimento e um dos factores que contribuiu para o desencanto.

Os interesses particulares prevaleciam mesmo se, como constava do Regulamento Interno, aprovado em Assembleia Geral, era um dever dos trabalhadores defender o bem comum: “Todo o trabalhador deve pôr sempre os interesses colectivos à frente dos individuais, tomando em consideração que ao defender os interesses colectivos está a defender os seus” (Ponto 3.3.1 do Regulamento Interno).

As actas das Assembleias Gerais são reveladoras. Normalmente começam por uma apresentação das contas, o que incluía uma apreciação sobre a situação financeira da UCP, particularmente difícil a partir de 1980, devido às desocupações e às dívidas à Segurança Social e ao Crédito Agrícola de Emergência. Mesmo quando a situação financeira era crítica, as propostas de aumentos salariais apresentadas pela direcção eram derrotadas por contrapropostas apresentadas por membros da Assembleia. Em Plenário de Trabalhadores (Acta 57, de 8/2/79) foi aprovado um aumento salarial de 80\$00. Depois de terem pedido que a decisão fosse reconsiderada, atendendo à situação financeira, os corpos gerentes demitiram-se em bloco “por não ter capacidade de gerir nesta situação” (Acta 59 Plenário de Trabalhadores, realizada na Casa do Povo, em 5/3/79).

A máxima da organização colectiva – a cada um segundo as suas necessidades, de cada um de acordo com as suas capacidades – não foi seguida à letra. Quando perguntei ao Rui, um dos directores da cooperativa, se pensava que as pessoas eram individualistas, ele respondeu que

O espírito colectivo não funciona, faltava a organização. Isto não era individualismo, era anarquia pura. Cada um achava que podia fazer o que lhe apetecia e havia ressentimentos contra quem queria pôr as coisas a funcionar e organizar o trabalho. Não era fácil gerir uma coisa assim: é praticamente impossível. Havia muita gente e cada um queria as coisas à sua maneira. Muitos pensavam que não tinham que trabalhar.

Talvez, afinal, não fosse possível trabalharem harmoniosamente juntos. Para uma das trabalhadoras da UCP o problema principal estava no deficiente entendimento da situação e dos benefícios colectivos que a Reforma Agrária proporcionava:

Onde há muita gente... Sabe como é que estas coisas aconteceram? Primeiro as pessoas não estavam habituadas à liberdade, segundo nunca se tinham visto com nada e depois as ocasiões apareciam. Antigamente se uma ovelha tinha dois cordeiros, eram criados no rebanho e ao fim de dois meses eram

vendidos. Na UCP preferíamos dar um a um colega. Foi assim que começou. Um levava um fardo de palha para o cordeiro, e por aí fora. Estas coisas começaram porque as pessoas não tinham, nunca tinham tido, muitas possibilidades e também porque “isto é nosso” isto pertence ao povo, e aqui está a história. Só há uma coisa que as pessoas não meteram na cabeça: isto era nosso e tínhamos que fazer o melhor possível porque isto era nosso. Isso não, sempre viram os da direcção como patrões, nunca conseguiram virar isso nas cabeças. Mesmo agora continuam a pensar assim.

Uma das mulheres está convencida de que a Reforma Agrária não correu bem porque os trabalhadores tinham tudo nas mãos mas não souberam agarrar a oportunidade.

Eles passavam mais tempo a discutir e a guerrear uns com os outros do que a tratar das coisas que eram precisas e, no fim, deixaram ir tudo por água abaixo. Em vez de um patrão eram seis ou sete e quem era mais esperto enrolava os outros.

Como defende Villaverde Cabral é inquestionável que “os modos de produção se não geram espontaneamente uns aos outros e que é preciso muito ferro e muito fogo para ir colocando um novo modo de produção no lugar do anterior” (Villaverde Cabral 1977 [1976]: 175). O caso de Baleizão é ilustrativo da incompatibilidade de uma exploração da terra em moldes colectivistas, de base socialista, no seio de uma sociedade predominantemente capitalista, independentemente dos discursos elaborados no período revolucionário e das boas intenções que os informaram.

O individualismo dos trabalhadores agrícolas nos sistemas latifundiários do Sul da Europa foi mencionado por Arlacchi, relativamente ao Crotonese, em Itália (Arlacchi 1983 [1980]) e por Diaz del Moral, na sua história das agitações na província de Córdoba, em Espanha (Diaz del Moral 1984 [1929]: 48,103).

O individualismo,<sup>20</sup> por um lado, e as solidariedades locais, por outro, poderão ajudar a explicar o envolvimento em larga escala dos trabalhadores agrícolas no processo de Reforma Agrária. A participação dos indivíduos manteve-se relacionada com as aspirações de cada um e o elemento colectivo de massas parece ser mais uma congregação de um elevado número de pessoas que partilhavam as mesmas condições de vida e uma experiência semelhante. O empenhamento inicial no esforço colectivo baseava-se na partilha de motivações individuais pontualmente congregadas numa conjun-

<sup>20</sup> Utilizo o termo individualismo à falta de outro melhor. Na realidade os indivíduos são constrangidos pela sua qualidade eminentemente social e as suas atitudes e decisões reflectem a sua pertença ao grupo em que se inserem. Seguindo a abordagem durkheimiana, o individualismo pode ser visto como uma forma de representação colectiva (Durkheim 1966 [1895]). O individualismo puro é, em última análise, uma falácia.

tura favorável. Logo que a sensação de ser ultrapassado por outros indivíduos se instalou e as motivações dos participantes se alteraram pouco restava que pudesse manter vivo o esforço colectivo.

Esta característica está em manifesta contradição com a falaciosa propaganda política que insistia no espírito colectivista dos trabalhadores agrícolas alentejanos, quando a característica prevalecente aponta para o individualismo. Uma das contradições associadas ao cooperativismo é que “the desire for unity is not only impossible to achieve, given the inequalities between members it is also an aspiration that corresponds to members’ different objectives” (Redclift 1977: 33). Há claramente formas diversas de apropriação de “capital” (no sentido amplo) que podem ser derivadas da participação num empreendimento como a exploração colectiva.

Como refere Miguel Vale Almeida, em *Pardais*, uma utopia de igualdade social contradiz o desejo de ascensão social e de riqueza. A igualdade implica valores de cooperação, enquanto a ascensão social repousa na inveja e na ambição (cf. Almeida 1996: 57). A UCP Terra de Catarina garantia aos trabalhadores agrícolas um salário regular. O crescente bem-estar aumentou a competição e a inveja.

Se nos primeiros tempos da exploração colectiva era possível manter a harmonia e a solidariedade entre todos, à medida que se agudizaram as dificuldades financeiras tornou-se patente a competição entre os trabalhadores. Tratava-se, então, de garantir o sustento, numa situação que não se conduía com actos de altruísmo que pusessem em risco a subsistência de cada um.

Será razoável inferir que a Reforma Agrária portuguesa era um todo feito de muitas partes, das muitas aldeias, com os seus agregados familiares e os seus indivíduos, que pareciam partilhar as mesmas circunstâncias. Mas, como refere Halbwachs,

The general controlling factors, such as family feeling, ambition, thrift, seeking after material possessions and honours, the desire to better oneself; none of these is found alone or unmixed in any one person. Each feels them because they are felt by the group he is a member of, and their shape and intensity are brought about by the conditions peculiar to the group and its structures and regulations with other groups (Halbwachs 1958 [1955]: 19-20).

O que se afigurava como um todo abrangente permanecia uma junção das partes, numa articulação pontual. A variação no tempo das movimentações locais é, em parte, o resultado dessa dimensão local e individual.

### **Considerações finais**

Não há quaisquer elementos que sugiram que os portugueses em geral e os

alentejanos em particular não participassem em grupos e associações mesmo em condições adversas, mas será, igualmente, abusiva a imagem do trabalhador agrícola como reservatório de uma força revolucionária “natural”.

Após a Revolução dos Cravos e durante alguns anos, muitos portugueses inscreveram-se em vários grupos e associações, sindicatos e partidos e participaram entusiasticamente nessas organizações enquanto acreditaram que isso poderia contribuir para as mudanças que ambicionavam. Quando se tornou claro que essas organizações não preenchiam as expectativas e que travavam as movimentações populares, o número de apoiantes diminuiu drasticamente e as expectativas iniciais deram lugar ao desalento.

Em rigor, e ao contrário do que defende Cutileiro, não existe qualquer aversão cultural à associação por parte dos trabalhadores agrícolas, mas sim uma perspectiva pragmática que só lhe reconhece validade em situações pontuais que justifiquem o investimento no esforço colectivo e não infrinjam a autonomia de cada um dos participantes. O pragmatismo e a necessidade de assegurar os interesses individuais inviabiliza a participação quando esse investimento se revela improdutivo ou inviável. Assim, a adesão qualquer tipo de organização, seja ela política ou cívica, é ponderada tendo em conta os benefícios potenciais e a conjuntura em que se enquadram.

#### BIBLIOGRAFIA

- ACRÓPOLE, 1975, *Programa do MFA e dos Partidos Políticos*, Alfragide, Acrópole.
- ALMEIDA, Miguel Vale de, 1996, *The Hegemonic Male: Masculinity in a Portuguese Town*, Providence/Oxford, Berghahn Books.
- ARLACCHI, Pino, 1983 [1980], *Mafia, Peasants and Great Estates: Society in Traditional Calabria*, Cambridge: Cambridge University Press.
- BALABANIAN, Olivier, e BOUET, Guy, 1987, *Os Cravos Murcharam, Os Resultados da Reforma Agrária Portuguesa: 1975-1985*, Lisboa, s/e.
- BARROS, Afonso, MENDES, Fernando Ribeiro, e MENDES, Guilherme, 1981 [1979], *A Reforma Agrária em Portugal: das Ocupações da Terra à Formação das Novas Unidades de Produção*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência – Centro de Estudos de Economia Agrária, 2.ª Edição, revista e aumentada.
- BERMEO, Nancy, 1986, *The Revolution within the Revolution: Workers' Control in Rural Portugal*, Princeton, Princeton University Press.
- CHILCOTE, Ronald H., 1993, “Portugal: from Popular Power to Bourgeois Democracy”, KURTH, J., e J. PETRAS, *Mediterranean Paradoxes: Politics and Social Structure in Southern Europe*, Oxford, Berg Publishers, 128-159.
- COLLIER, George A., 1987, *Socialists of Rural Andalusia: Unacknowledged Revolutionaries of the Second Republic*, Stanford, Stanford University Press.
- CUTILEIRO, José, 1977 [1971], *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa Editora.
- DIAZ DEL MORAL, Juan, 1984 [1929], *Historia de las Agitaciones Campesinas Andalusas*, Madrid, Alianza Universidad.
- DRAIN, Michel (dir.), 1982, *Occupations de Terres et Expropriations dans les Campagnes Portugaises (1974-1977): Présentation de Documents Relatives a la Période*, Paris, Editions du CNRS.
- DURKHEIM, Émile, 1966 [1895], *The Rules of the Sociological Method*, Londres, Collier-MacMillan.
- FERNANDES, Margarida, 1997a, *This Was Our Land – From Latifundia to Collective Farms. Farm Occupations and Social Relations in Baleizão – Southern Portugal*, Canterbury, University of Kent at Canterbury, PhD. thesis.
- , 1997b, “Terra, Trabalho e Pão: os Trabalhadores Agrícolas e a Fome de Terra, o caso de Baleizão”, *História*, 32, Ano XIX (N.S.), 48-56.

- GARRIDO, Manuel de Melo, 1984, *A Morte de Catarina Eufêmia: A Grande Dúvida de um Grande Drama*, Cascais, ed. do autor.
- GRAMSCI, Antonio, 1971, *Selection from the Prison Notebooks*, Londres, Lawrence and Wishart, editado por Q. Hoare e G. N. Smith.
- McADAM CLARK, Alexandra, 1983, *Female Labour in "Vila Velha", A South Eastern Portuguese Rural Community*, Londres, University of London, MPhil. thesis.
- McADAM CLARK, Sandra, e O'NEILL, Brian, 1980, "Agrarian Reform in Southern Portugal", *Critique of Anthropology*, 4 (15), 47-74.
- HALBWACHS, Maurice, 1958 [1955], *The Psychology of Social Class*, Londres, William Heinemann, prefácio de Georges Friedmann.
- PACHECO PEREIRA, José, 1976 [1971], *As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal*, Porto, Ed. Nova Crítica, 2.<sup>a</sup> Edição.
- , s/d [c. 1983], *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- , 1993, *A Sombra: Estudo sobre a Clandestinidade Comunista*, Lisboa, Gradiva.
- RAMOS, Francisco Martins, 1992, *Os Proprietários da Sombra: "Vila Velha" Revisitada*, Évora, Universidade de Évora, tese de doutoramento.
- REDCLIFT, M., 1977, "Pancho Rule: What is Happening in this Equatorian Co-operative Reflects Many of the Tensions in Rural Society", *CERES*, 10 (3), 31-33.
- ROCHA, F. Canais, e LABAREDAS, Maria Rosalina, 1982, *Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo: Ocupações de Terras no Vale de Santiago*, Lisboa, Ed. Um de Outubro.
- SCOTT, James C., 1979, "Revolution in the Revolution: Peasants and Commissars", *Theory and Society*, 7 (1-2), 97-134.
- , 1985, *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven, Yale University Press.
- , 1990, *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*, New Haven/Londres, Yale University Press.
- SCOTT, Jim, 1986, "Everyday Forms of Peasant Resistance", *Journal of Peasant Studies*, Special Issue 2, 5-35.
- TENGARRINHA, José Manuel, 1994, *Movimentos Populares Agrários em Portugal 1751-1825*, (2 vols.), Mem Martins, Pub. Europa-América.
- VILLAVEVERDE CABRAL, Manuel, 1977 [1976], *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Regra do Jogo, Lisboa.
- , 1978, "Agrarian Structures and Recent Rural Movements in Portugal", *The Journal of Peasant Studies*, vol. 5 (4), 411-445.
- WOLF, Eric, 1969, *Peasant Wars in the 20th Century*, Londres, Harper & Row.

**Margarida Fernandes**

THE ORGANISATION OF RURAL WORKERS IN THE AGRARIAN REFORM: THE CASE OF BALEIZÃO

*Two opposing views depict the Alentejano farm labourers as either incapable of any kind of formal association, or as "natural revolutionaries". Taking on board the case of Baleizão, with particular reference to the 1970's Agrarian Reform, it argued that both perspectives fail to accommodate the pragmatism associated to particular conjunctures.*

Departamento de Antropologia da FCSH - UNL.  
m.fernandes@fcs.h.unl.pt

